

Dia decisivo

O dia de amanhã será decisivo em primeiro lugar para os destinos do governo, das instituições, depois, finalmente do País. Do conteúdo do plano que o presidente da República endossar e o ministro da Fazenda apresentar ao Ministério e à Nação, dependerá manter-se o alto nível de esperança e credibilidade que cerca o Executivo desde que o senador Fernando Henrique Cardoso foi nomeado ministro da Fazenda; voltar a população a acreditar no Congresso, que se terá disposto a colaborar, aprovando cortes substanciais no Orçamento, essenciais para o equilíbrio das contas públicas; e, finalmente, o Brasil encontrar o caminho que o retire do desonroso lugar em que é colocado entre os países que fazem ou fizeram esforços para estabilizar a moeda.

Ninguém espera por um milagre nem deseja que se anunciem providências mirabolantes, que de antemão se sabem destinadas a dar em nada. As experiências de todos os planos já feitos e malogrados calejaram não apenas os agentes econômicos, como também o homem do povo, que aprendeu que cada medida que refoge à racionalidade econômica (que o popular intui saber qual seja) apenas serve para tornar mais difícil ainda sua situação, já de si precária. Sem exagero, poder-se-ia dizer que a descrença na moeda é também responsável pelo fato de parte da população ter perdido ou estar perdendo a con-

fiança no País. Enquanto o cruzado não voltar a ser confiável, será difícil esperar por providências saneadoras em outros campos; será impossível fazer crescer a credibilidade no governo e nas instituições; aumentar o sentimento positivo de ser brasileiro. Resumidas as razões, o ministro Fernando Henrique Cardoso, depois de haver exercido suas faculdades de convencimento junto a governadores, a senadores, a deputados, a empresários e a formadores de opinião pública, deverá demonstrar a que veio.

Não é tarefa fácil a que espera o ministro da Fazenda, a confirmar-se o conteúdo das ações que pretende empreender, declaradamente ortodoxas e destinadas não apenas a reduzir a inflação e manter o ritmo de desenvolvimento (se essa conciliação é de fato possível), mas também a restabelecer a função de padrão de valor do cruzado. O senador Fernando Henrique Cardoso tem uma limitante à sua ação: o empenho, moral e politicamente compreensível, e até certo ponto justificável, do presidente Itamar Franco de não ceder na alocação de recursos para programas sociais. A expressão "programas sociais" é vasta o suficiente para que nela tudo caiba, inclusive as pressões de governadores, deputados e senadores, que vão



desde o desejo de reabrir três bancos do Nordeste até manter dotações orçamentárias esdrúxulas, passando pelo desejo dos Estados de pagar o menos possível do que devem à União. Afinal, "social" é o que se quer fazer ser "social". Sem definir corretamente e por antecipação com o presidente da República aquilo que deve ser mantido e aquilo que pode ser cortado, o ministro não terá certeza de

estar pisando terreno firme. Este é um ponto que deverá ficar bem claro nos pronunciamentos de amanhã. A transparência dos esclarecimentos será a condição para que não se rumoreje mais no mercado e para que se possa pensar novamente em investir — pois se investimentos não houver e o dinheiro estrangeiro que entra continuar sendo direcionado em sua maior parte para os negócios bursáteis, na atual estrutura do mercado de capitais, será difícil ao presidente Itamar realizar qualquer programa "social", pela simples e boa razão de que não serão criados empregos em número suficiente.

Se o ministro não tiver a certeza de que os governadores não usarão de sua influência junto ao Congresso para reduzir ao mínimo o percentual de receita dos tesouros estaduais a ser empregado no pagamento das dívidas à União (influên-

cia essa que poderá manifestar-se na rejeição do IPMF), seu programa não terá seguimento. O ministro espera que os seus colegas e o Congresso tenham da realidade das contas públicas a mesma visão pessimista que o alimenta desde que tomou contato mais íntimo com os problemas do Tesouro. Apenas a adesão, dir-se-ia ativa, dos ministros de Estado ao programa de cortes que lhes será sugerido, quando não solicitado, permitirá ao Executivo dar de fato sua contribuição ao combate à inflação. Ainda assim, é preciso que o ministro tenha sensibilidade necessária para fazer a opinião pública e os agentes econômicos de uma maneira geral compreenderem que a inflação não cairá na terça-feira em consequência das providências anunciadas na segunda. Medidas contra a inflação, sabe-se pelos manuais de economia, demoram meses a dar resultados; atos que podem alimentá-la produzem efeitos em dois meses. A opinião pública deve compreender que os sacrifícios que lhe serão solicitados só serão compensados dentro de algum tempo. Se não se tiver consciência dessa demora, inerente ao processo de combate à inflação por métodos não milagrosos, a missão do senador Fernando Henrique Cardoso, cujo êxito está dependendo de tantos imponderáveis, poderá não chegar a concluir-se, colocando então em xeque o sistema político da República.